



ÁFRICA AUSTRAL

Transição sul-africana pode mudar Angola e Moçambique

Após décadas de domínio branco, institucionalizado através do *apartheid*, a maioria negra sul-africana, dividida em várias etnias mas unificada na adesão ao projeto multi-racial do ANC, alcança o direito de expressar livremente suas opções políticas. É verdade que o êxito eleitoral do ANC não esgota o processo de transição na África do Sul, mas definitivamente exprime o desmantelamento institucional do *apartheid*. As eleições marcam a superação de uma etapa – a mais árdua – do processo de transição política vivido pela sociedade sul-africana. No futuro, uma outra etapa a ser superada é a do federalismo apregoado pelo Inkatha e pela extrema-direita branca, que ainda justifica apreensão acerca dos desdobramentos da transição sul-africana.

Como quer que seja, o episódio das eleições possui dimensão histórica inequívoca e seus impactos não estão restritos apenas à África do Sul. Afinal, estão em andamento na região austral da África dois processos de transição – em Angola e em Moçambique – cujo andamento pode ser afetado pelas vicissitudes políticas sul-africanas.

Angola na hora da verdade – A fórmula adotada na África do Sul, pela qual independentemente do resultado eleitoral obtido pelo ANC ocorrerá uma coligação governamental com a participação do Partido Nacional, poderá influenciar de forma direta o processo angolano. A hipótese do sucesso dessa coligação impulsionaria a ONU e os observadores internacionais – EUA, Rússia e Portugal – a forçarem, através de medidas de retaliação impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a realização de um acordo nos mesmos moldes entre o governo angolano – encabeçado pelo partido vitorioso nas eleições de setembro de 1992, o MPLA – e a Unita – movimento rebelde que recusa o resultado do pleito, apesar de reconhecido pela ONU. Os dois beligerantes seriam levados a fazer mútuas concessões: o governo cederia mais algumas pastas ministeriais e cargos provinciais, além dos já oferecidos, e a Unita reduziria o número de postos governamentais exigidos, aceitando a liderança do MPLA no governo.

Entretanto, o fracasso do governo de unidade nacional na África do Sul poderá complicar as negociações entre o governo angolano e a Unita. Ao enfraquecer a idéia

de uma saída negociada, acabaria por abrir espaço para outras alternativas, como a de uma nova disputa eleitoral ou o embate armado. Se levamos em consideração o sofisticado armamento adquirido recentemente e utilizado nos combates, a última alternativa continua tendo defensores tanto no governo quanto na Unita.

Apreensão moçambicana – Em Moçambique – onde se vive a expectativa do retorno e da reintegração dos refugiados, do desarmamento, do controle sobre as futuras Forças Armadas e das eleições marcadas para outubro próximo – cresce a apreensão acerca do que poderá representar o processo político sul-africano. Até o momento não surtiram efeito as propostas para a formação de um governo de unidade nacional (defendidas estrategicamente pela Renamo). Mas podemos prever que qualquer governo pós-eleitoral será levado a buscar certo equilíbrio representativo, seja de caráter político, regional ou étnico. Em suma, a democracia, a descentralização e a autonomia terão que ser encaradas numa perspectiva plurinacional.

Quanto ao papel do país no espaço austral – antes mesmo da reestruturação de suas sociedades rurais – já estariam se reconstruindo (orientando-se principalmente para África do Sul e demais países da região) seus corredores de transporte (portos e estradas de ferro), seus balneários turísticos e algumas atraentes oportunidades de investimentos. Parece-nos que as históricas integração e interdependência regional serão de certo reforçadas e que talvez haja pouca alteração nas posições estratégicas de cada país.

A possibilidade do encaminhamento democrático das tensões suscitadas por tantos anos de conflitos, embora não signifique a resolução imediata da totalidade dos problemas que afligem estas sociedades, é um cenário inédito para a região. O êxito dos processos de transição na região austral demonstraria a viabilidade para a África de projetos políticos inspirados em valores democráticos, o que derrubaria a tese – permeada de etnocentrismo – da incapacidade africana de desatar-se das tradições tribalistas.

Aladaab em Londrina

A Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil (Aladaab) realizará seu 4º Congresso, entre 6 e 8 de maio, na Universidade Estadual de Londrina, norte do Paraná. Promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da universidade, o encontro terá como tema geral "Estudos Afro-Asiáticos no Brasil – Balanço e Perspectivas para o Futuro".

O CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes, garante a sua participação com sete pesquisadores, centrando suas intervenções no processo de pacificação da África Austral e nos 20 anos das relações sino-brasileiras.

Apostando no sucesso do evento face ao dinamismo que vem ocorrendo ultimamente com os assuntos afro-asiáticos, espera-se definições de linhas de ação para a Associação numa perspectiva de aprofundamento do conhecimento acadêmico-universitário, de um lado, e, de outro, de estreitamento da cooperação com os países africanos e asiáticos.

Beluce Belucci/CEAA

NESTA EDIÇÃO

- Mandela e De Klerk evitam dentada fatal 2
- A regra do 'vive e deixe viver' 3
- A guerra anunciada permanece invisível 4
- África do Sul respira alívio 6
- Ramaphosa, os cães e os reis 7
- Governo e Unita só tentam ganhar tempo 8
- Afinal, a paz era boato 9
- Um alívio português 10
- O Inkatha não dorme 11
- Não queremos novas Frelimos 12
- Governo admite ajudar a Renamo 13
- Afonso Dhlakama: Eleições não podem ser adiadas 13-14

Os Editores

Mandela e De Klerk evitam dentada fatal

EXPRESSO, 16 4 93

MIGUEL CALADO LOPES
enviado a África do Sul

UMA velha anedota, que os sul-africanos afirmam gentílica, conta a história de um mosquito que queria atravessar um riacho demasiado largo para o seu voo. Um crocodilo, vendo-o pensativo, prontificou-se a transportá-lo no dorso, ao que o mosquito respondeu que não, o que ele queria era comê-lo. O crocodilo ripostou que não, porque sendo o mosquito venenoso, ele, se o comesse, morreria também. Aceite a lógica da sobrevivência, iniciam a travessia. A meio, o mosquito morde o crocodilo, que não cai em si de espanto. «Porque me mordeste se sabias que nos afundaríamos?». «Sei lá!» — responde-lhe o mosquito. «Não vês que estamos em África?».

Nelson Mandela e o Presidente F.W. De Klerk mordiscaram-se no primeiro e histórico debate televisivo da passada quinta-feira — na Europa, o frente-a-frente daria direito a sono solto —, mas não chegaram à dentada fatal da história e decidiram atravessar um Rubicão largo de cinco anos — o tempo do próximo governo de unidade nacional — quando o futuro Presidente da África do Sul estendeu a mão ao cessante e lhe disse, durante uma audiência calculada de 100 milhões de espectadores, no país e no estrangeiro: «Tenho orgulho em apertar-lhe a mão para que possamos caminhar em frente. Trabalhemos juntos para acabar com as divisões e pôr fim às desconfianças».

Foi o momento mais emocionan-

te, até à data, de um debate à partida viciado pela circunstância de se saber de antemão que os dois principais adversários políticos estarão no primeiro e segundo lugares do

► governo a sair das eleições de 26 a 28 deste mês, cuja organização custará cerca de 70 milhões de contos. A única ponta de interesse residiu em saber até que ponto o «show» televisivo terá retirado ao ANC a almejada possibilidade de atingir maioria de dois terços com a qual poderá redigir a seu bel-prazer a nova Constituição do país, retirando à oposição branca qualquer capacidade de influência.

Debate contrasta com realidade

O tom de harmonia do debate e a necessidade de mostrar ao eleitorado, com o aperto de mão, que a transição será pacífica, contrastam fortemente com o entrincheirar de posições dos diversos partidos, com as denúncias de intimidações durante comícios, ou a violência política (só neste mês já foram mortas mais de 300 pessoas na província de Kwazulu/Natal, no sudoeste), com a desconfiança dos mercados (o rand atingiu ontem, face ao dólar, os seus níveis mais baixos de sempre, com ordens

de venda maciças de investidores estrangeiros receosos da inevitabilidade de uma guerra civil pós-eleitoral), com a contagem das espingardas (ontem foi efetuada a maior apreensão de armas entre os radicais brancos) e as antecipadas ou intencionadas declarações de independência de territórios maioritariamente povoados por afrikaners e zulus.

Contrasta também com o armazenamento generalizado de víveres, com as posições de fogo dos radicais da Afrikaner Weerstandsbeweging (AWB-Movimento de Resistência Afrikaner) que têm estado a mandar as mulheres e filhos para santuários nas remotas herdades do Transvaal oriental e a «par veículos blindados» «sarraceno», vendidos em hasta pública pelo exército sul-africano.

«Vieram passar férias», disse ao EXPRESSO Patricia de Lille, a radical líder do PANAfrikanis Congress, cujos inflamados discursos defendendo a supremacia negra a transformaram na «Tigre da Azânia» (a África do Sul negra anterior à república branca) e causaram pânico entre os brancos não muito confortados com os menos de cinco por cento de votos que as sondagens lhe atribuem

Exército boer treina-se na Suazilândia

PÚBLICO,
18.4.94

UM EXÉRCITO privado de brancos sul-africanos está a treinar combatentes nas montanhas da Suazilândia, denunciou ontem um chefe tribal suazi, citado pela agência Reuter.

«Receamos que o nosso povo seja apanhado no fogo cruzado, se os sul-africanos enlouquecerem e começarem a disparar contra todos durante as eleições», disse o chefe Mnikwa, referindo que a direitista Afrikaner Volkfront (AVF) teria co-

meçado as sessões de treino há algumas semanas. Residentes na área de Lubodwana presenciaram uma grande concentração da AVF na semana passada.

A Frente boer quer criar uma pátria branca na África do Sul depois de a maioria negra assumir o poder nas primeiras eleições multipartidárias de 26-28 deste mês. Dois membros da AVF foram mortos, em Março último, quando centenas deles entraram no Bophutatswana,

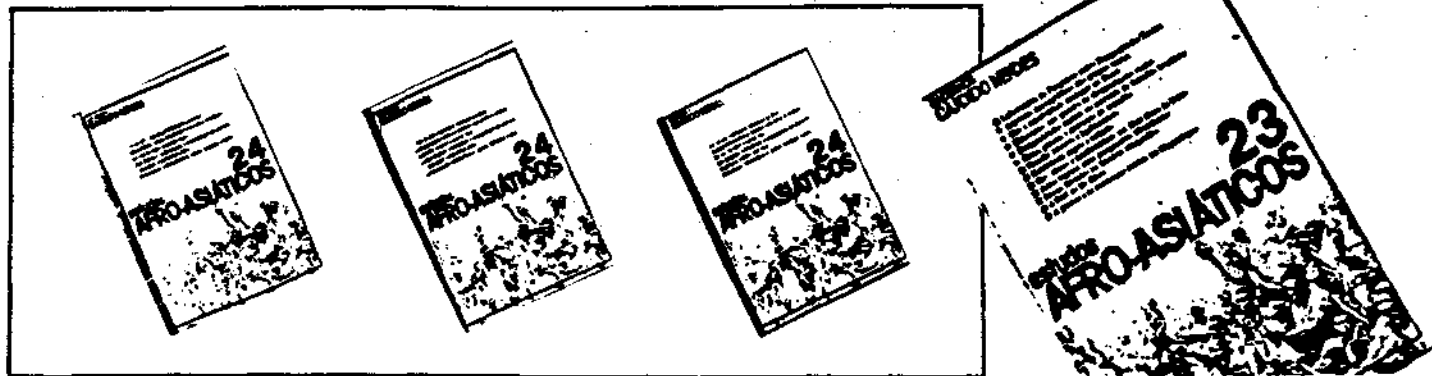
numa tentativa fracassada para impedir que aquele bantustão participasse nas eleições.

«O Exército suazi não fez nada para impedir esta gente de realizar os seus treinos militares dentro do nosso país», queixou-se Mnikwa. O porta-voz do Exército, Gcina Shabagu, disse que está a investigar as informações. A Suazilândia está cercada em três lados pela África do Sul e tem uma fronteira com Moçambique a leste. ■

FAÇA JÁ

SUA ASSINATURA

LIGUE
531-2000
R. 259



Um empresário português de diversões no meio da crise sul-africana

A regra do "vive e deixa viver"

PÚBLICO, 19 4 94

do nosso enviado
Rui Cardoso Martins,
no ex-Bophuthatswana

Pelos trilhos do Bophuthatswana, república que deixou de o ser com a revolução popular de há cerca de um mês, o português José Gonçalves gosta de se aventurar para recolher as suas moedas. Uma a uma, das máquinas para a mala do carro, charuto na boca e ouro ao pescoço. Sempre desarmado, e enquanto não chega a carnificina que dá como certa, Gonçalves vai vivendo e deixando viver.

O primeiro lema de José Gonçalves é "vive e deixa viver". O segundo é que, pelo menos em lugares como a África do Sul, "ganhar ou perder é tudo lucro".

Não fiquem dúvidas de que Gonçalves continua a fazer pela vida. E que, quanto às propriedades elásticas do lucro, se aguenta mais do lado do ganho do que da perda.

Gonçalves não tinha necessidade nenhuma de fazer isto que hoje está a fazer: levantar-se às cinco da manhã em Joanesburgo, rumar noroeste até ao Bophuthatswana — república simplesmente extinta em revolução popular há cerca de um mês — e regressar ao fim da tarde com a mala do carro a estalar com o peso metálico de infinitas moedinhas de 20 céntimos.

Tem empregados que bem lhe podiam evitar o meter-se pela estrada, com um charuto americano nos lábios, dois cachuchos de ouro e diamantes em cada mão, um cordão dourado no pescoço que deve ser pesado enquanto uma pessoa não se habitua, sapato branco, um metro e sessenta e poucos centímetros absolutamente livres de armas de fogo ou outras.

A única preocupação de Gonçalves foi não levar o Mercedes, porque esta marca dá um bocado nas vistas para os lados negros aonde vai. É o facto de os dois pneus direitos do velho carro que escolheu estarem um pouco carecas, na eventualidade de se ter que dar à sola num dos

domínios pré-eleitorais dos homens da espingarda automática AK-47.

Mas Gonçalves é um curioso, quer ver pessoalmente como vão as suas máquinas de jogo e o recente aspecto do Bophuthatswana, agora que o amigo Lucas Mangope — o presidente — foi deposto, mais a família, e não acabou linchado por pouco. Gonçalves, que confessa não conseguir prescindir do trabalho, baseia a sua segurança num pormenor absolutamente honesto: o de não ter mudado um milímetro quadrado onde quer que vá, tanto na sua figura, como na maneira como faz a colecta dos sacos de dinheiro.

O respeito que lhe têm manter-se-á, acredita sinceramente, e, apesar dos seus "100 por cento de certeza de que vai correr muito sangue", Gonçalves não troca de pele, nem foge, só porque os negros vão chefiar politicamente o país e de se andar para aí a falar de guerra civil.

"Medo? Bem..."

Desde que chegou da Madeira, há mais de trinta anos, e de nos últimos 24 ter trabalhado e crescido até ao terceiro lugar do "ranking" dos empresários de máquinas de diversão da grande região do Transvaal, aprendeu que não se deve ter medo. E que não custa nada pagar uma cervejinha logo ao princípio da manhã, se lhe pedirem.

"Business is business", "vive e deixa viver" e, que não se esqueça, "ganhar ou perder é tudo lucro". Enfim, quanto a medo, também ninguém está imune, nos tempos incertos da construção na "Nova África do Sul". "Se os bóeres estão com cagaço?" — reflecte José (Joe) Gonçalves, com uma bela gargalhada saída do canto do charuto, que deve ter feito tremer a superfície do mato que ladeia a estrada. "Isso, mais ou menos, estamos todos..." Mas ora, também, "no dia em que eu morrer fiz anos!" É um bom cicérone turístico, político e industrial para as horas de percurso.

O sol rompeu há pouco, os subúrbios da grande metrópole — a crescerem com as moradias muradas dos brancos que saíram nos últimos dois anos do centro — vão dando lugar às verdes colinas africanas.

Ao fundo, quatro enormes chaminés, cónicas e magras na cintura, publicitam a central nuclear de Pelindaba, tecnologia sul-africana a cerca de 60 quilómetros de Joanesburgo. Pelo carro de Gonçalves, no sentido

contrário, passam autocarros.

"Veja lá se vê um preto ali..." Não senhor, nem um, e os autocarros vão cheios. "Aqui há um ano, nem um preto trabalhava ali na central. Nem sequer um estrangeiro, só sul-africanos brancos. Agora já lá há alguns." Pouco depois, ladeando as colinas, aproxima-se o azul lago artificial da Barragem de Hartebeespoort, uma obra antiga que se fez estância de veraneio para os mais abastados.

Hartebeespoort Dam é um lugar que traz boas recordações a José Gonçalves. É aqui que a comitiva do Governo Regional da Madeira vem dar o seu passeio quando visita a África do Sul. É aqui que José Gonçalves tem um piquenique com Alberto João Jardim, antes de darem um salto obrigatório a Sun City.

A partir daqui perto, também, por mais difícil que seja acreditar, a luxuosa estância de casinos do ex-Bophuthatswana (a república foi reintegrada oficialmente no Transvaal na segunda-feira da semana passada) poderia atingir-se não só de carro, não só de avião, mas também por baixo de terra. Em teoria, claro, porque tinha que se escavar até à superfície de Sun City.

As minas de platina, assinaladas por montanhas que parecem feitas de pó inoxidável, já vão num buraco de toupeira com 200 quilómetros serpenteantes.

"É como um rio que aí vai debaixo", mostra o empresário com um gesto de mão abrangente.

"Venham cá ver"

A fronteira invisível do Bophuthatswana está perto, bastará passar aquele bairro de lata esfarrapada à beira do cruzamento. "A vingança do ANC é dizer que os 'irmãos' vivem assim. Mas também em Portugal há muita gente a viver assim, não é?" Porque em Portugal também se cometem muitos erros de avaliação, e isto é tanto mais verdade quando as pessoas falam dos compatriotas na África do Sul.

"A história de África é grande. Lá em Portugal julgam que é chegar aqui e... e que chegamos lá cheios de taco. E dizem que andámos a roubar os pretos. Venham cá, a ver se eles se deixam roubar..."

Gonçalves não rouba, apenas como empresário de diversões recebe uma moedinha, mais uma moedinha, e outra, até serem muitas. Apenas oferece um serviço que se paga e a isso ninguém é obrigado. Foi com es-

se dinheiro, por exemplo, que deu trabalho a muitos negros. Será com esse dinheiro que se pagará a nova casa de banho, toda em mármore, para as senhoras da Casa da Madeira, em Joanesburgo.

Onde ele é sócio honorário e onde, na parede da sala antiga da direcção, o retrato do sorridente doutor Francisco Sá Carneiro foi encravado entre o confiante professor Oliveira Salazar e o oficialíssimo almirante Thomaz.

A entrada no Bophuthatswana é um triunfo para a tese de Gonçalves: as coisas estavam muito melhor antes de o presidente ser derrubado e "o Mandela não vai conseguir fazer nada disto". São pequenas casas arranjadas, de tijolo, de negros, que bordejam a estrada, são fábricas que os empresários aproveitavam para construir ali por pagarem metade das taxas e haver mão-de-obra barata, à luz de um estatuto jurídico diferente do resto da África do Sul.

Mas o presidente Mangope teimou que não queria eleições livres e foi tirado do lugar pela população, apoiada pelos próprios militares.

Nas ruas hoje calmas de Mogwase, onde vai estacionar Gonçalves, também já não se encontra nenhuma das dantes omnipresentes fotografias de Mangope. "Está a ver esta fábrica de sacos? Era de um português. Agora está fechada", diz, com pena.

Bank of Lisbon

A operação da primeira recolha é bem pensada. A casa de diversões de Gonçalves, numa espécie de centro comercial em Mogwase, tem uma porta gradeada que dá para o pátio das traseiras. Gonçalves estaciona a mala do carro colada às grades, entra no estabelecimento pela porta da frente, o empregado moçambicano varre os miúdos e a casa fica trancada por dentro.

A próxima hora, passa-a Gonçalves entre o tinir das moedas engolidas e os grunhidos electrónicos do Top Game World Cup, dos Sunset Riders, do Speed Race, do Secret Agent (um matulão ágil que dá cabo de vários Saddam Hussein), dos Violence Fighters (as coisas que um boneco de vídeo faz a outros, apenas com as mãos e uma metralhadora, demonstram muita técnica), a mesa de bilhar e os matraquilhos. Apetrechado com

Continua na pág. 4

A guerra anunciada permanece invisível

Do nosso enviado
Jorge Heitor, em Joanesburgo

O adiamento do previsto desfile que o partido Inkatha pretendia realizar ontem demonstrou bem que Buthelezi não está tão seguro de si como às vezes quer fazer crer. Mas a verdade é que o seu poder de agitação poderá estar bem acima da fraca audiência revelada pelas sondagens. Se isto aumenta os receios de uma iminente guerra civil anunciada, a verdade é que ela é invisível em vastas zonas da África do Sul.

Quem a oito dias das eleições sul-africanas chegar a lugares da África do Sul tão distintos como Piettenberg Bay, East London ou Nelspruit, mal dirá que o país está perante a iminência daquilo que alguns creem ser uma guerra civil, mas que custa muito a acreditar que alguma vez se possa comparar aos dias terríveis de Sarajevo, Gorazde, Huambo ou Cuíto.

A velha senhora de antepassados germânicos que há dias voltou das férias em Albufeira está um tanto ou quanto preocupada com a evolução que os acontecimentos poderão tomar, mas diz-nos que ao longo da costa Sul do Cabo não se vive, por enquanto, com menos tranquilidade do que no Algarve. E esse é em grande medida o estado de espírito de muitos dos que semana a semana vão voltando da Europa. É que os aviões não andam cheios num só sentido, longe disso.

Os sul-africanos brancos continuam muito ligados às raízes dos seus antepassados; e é por isso que passam as férias em Israel, Alemanha, Grécia, Itália e Portugal, em vez de tentarem as paragens da Nigéria ou do Senegal, decerto mais próximas. Enchem os aviões e as aerogares, pelo que ao desembarcar no aeroporto internacional Jan Smuts, em Joanesburgo, poucos diriam estar em África, tão escasso o número de negros que se nota às primeiras impressões, designadamente no controlo de passaportes.

Depois, quando se paga 80

randes (quatro contos) por um táxi que nos transporte durante uma dúzia de quilómetros até um dos hotéis da cidade, logo se verifica que de facto há negros, que há mesmo um grande número de negros durante os dias da semana, numa urbe traçada pelos brancos no fim do século passado, quando aqui na zona descobriram as minas de ouro.

Aos domingos, Joanesburgo é uma cidade morta e não se aconselha muito o estrangeiro a andar pelas ruas, dado que pode ser vítima de assaltantes, numa terra onde 40 por cento dos negros estão desempregados. Mas durante a semana, das 8h às 18h, quando anoitece, não é problemático circular a pé pela parte central, embora com mais alguma cautela do que há dois ou três anos.

Tendo saído ontem de manhã da zona de Braamfontein, o enviado do PÚBLICO andou calmamente os seus 20 minutos até chegar à zona onde se deveria ter realizado a marcha do Inkatha, que alegadamente por motivos técnicos mas decerto também devido a muitas pressões, foi adiada para melhor ocasião, podendo eventualmente ocorrer hoje ou amanhã.

Fora os rolos de arame farpado que desde há dois dias cercam três quarteirões em redor da sede nacional do ANC, para evitar confrontos idênticos aos da anterior marcha do Inkatha, nada de muito especial se notava na segunda-feira de manhã ao longo das vastas artérias da parte central de Joanesburgo, onde ficam o Supremo Tribunal, a Galeria de Arte, a Carlton Tower, de 50 andares, o luxuoso

hotel do mesmo nome e numerosos estabelecimentos comerciais.

A negação dos alarmismos

Tanto os polícias como os seguranças das diversas lojas ou o cidadão comum estão sempre prontos a fornecer qualquer informação solicitada, num ambiente que nada tem a ver com a imagem de uma África do Sul em guerra que é dada no exterior.

No domingo à tarde e à noite, Joanesburgo era uma cidade quase deserta, como geralmente acontece com tantas outras metrópoles comerciais durante os fins-de-semana; e na segunda-feira voltou a retomar o aspecto de uma terra simpática onde alguém mais desprevenido mal notaria que se está a atravessar um período de crucial importância histórica.

Os chamados desfiles e acções de massa podem por vezes lançar uma contra os outros os militantes dos vários partidos, tal como nas zonas residenciais mais pobres, como Soweto e Alexandra, também há grande tensão. Mas na maior parte do país continua-se a fazer a vida de todos os dias e a ter a esperança de que no horizonte não se desenhe um inferno.

Há quem de facto tenha juntado em casa comida para oito dias, não vá o acto eleitoral correr mal e aconselhar a que se fique em casa durante uma semana, mas os supermercados conti-

Continua na pág. 5

Continuação
da pág. 3

A regra do "vive e deixa viver"

o charuto, sacos brancos do Bank of Lisbon e um monumental molho de chaves.

Gonçalves, nestas máquinas, ao contrário das que tem por exemplo em Joanesburgo, não cobra 50 cêntimos de rande (uns 25 escudos) mas apenas 20. Está-se perto de uma escola — confessa —, os pretinhos têm pouco dinheiro e ele assim, porque lho pediram, dá-lhes duas partidas em vez de uma. Pela janela de vidro da frente, vários garotos observam fascinados os sacos cheios que se alinham em cima do bilhar.

Depois Gonçalves paga o que deve ao empregado, dá a vol-

ta até ao carro, mete rapidamente os sacos na mala, esgueirando-os pelos ferros. E arranca-se dali. Nunca usa armas. Homens de segurança? "Pistola? A gente não tem medo! Falo as línguas todas deles, xhosa, zulu, o que for. Nunca fiz mal a ninguém nem nunca ninguém me fez mal a mim. E já fui a lugares muito mais perigosos, com estes diamantes e este fio de ouro."

A próxima paragem é já ali perto. Uma espécie de taberna onde Gonçalves tem a concessão das máquinas e onde vários negros e negras estão e ficam, de repente, silenciosos. Uns a beber cerveja mal fermentada, outros bem fermentada — "É o meu almoço, não me apetece ir a casa",

diz um com um sorriso sábio —, outros a jogar na mesu de bilhar. E outros ainda a trabalhar diligentemente na construção de uma parede interior.

Quando a mala do carro se encher com mais uns sacos — calcula o empresário que "parece pouco", mas que, moeda a moeda, estarão ali uns 15 mil randes (cerca de 750 contos) —, um rapaz já terá transportado, desde o sol quente da rua, mais de duas dezenas de carrinhos de mão a abarrotar de tijolos e cimento fresco.

Almoço a meia hora dali, em Sun City, a extraordinariamente luxuosa e monumental Las Vegas sul-africana. Onde se fica a saber que os donos, na

actual conjuntura política, estão de certo modo preocupados com o destino dos palácios, a praia artificial e os casinos onde todos os dias entram cerca de dez milhões de randes. Disse-o a loira chefe das relações públicas, que conhece Portugal dos tempos em que foi bailarina no Casino Estoril, para satisfação geral.

Por ali abaixo, rumo a Joanesburgo, o carro acelera bem, satisfeito com o bom dinheiro que leva na barriga. Os tempos que aí vêm ainda estão para vir.

Uma camioneta ultrapassa, com vários negros na caixa aberta, ao que é alegremente saudada com um indicador e um minidinho. ■

Continuação da pág. 4

A guerra anunciada permanece invisível

nuam muito bem apetrechados, sendo deturpadas as imagens que já passaram na televisão estrangeira e que mostravam prateleiras vazias. Explicaram-nos cidadãos locais que, se acaso um produto se esgota, a prateleira pode ficar vazia durante uma ou duas horas, mas logo se verifica a renovação dos "stocks" e toda a gente tem de tudo para comprar, assim haja dinheiro.

A vassalagem ao rei

Entretanto, para que não haja guerra, todos os encontros e manobras de bastidores conti-

nuam a ser possíveis, no sentido de se tentar um milagre e de se conseguir aquilo em que os pessimistas não crêem: umas eleições em que a maioria avassaladora da população e dos grupos políticos esteja disposta a participar. O Presidente De Klerk recebeu ontem o líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi (ver caixa), homem de forte personalidade que muitos comparam localmente a Jonas Savimbi.

No prosseguimento de uma estratégia que vem desde há várias semanas no sentido de subtrair o rei dos zulus, Goodwill Zwelithini, à pernicioso influência de seu tio Buthelezi, o mais po-

pular dos políticos negros do país já declarou que o considera como "seu" soberano e seu chefe.

Se acaso o Governo e o ANC conseguissem convencer o rei dos zulus a ser, na província do Kwazulu Natal, uma espécie de rainha da Inglaterra, então o líder do Inkatha ficava isolado e teria grande dificuldade em ir para a guerra para que por vezes parece preparar-se.

Segundo as sondagens, o Inkatha não conta com muito mais do que a simpatia de 7 por cento de todos os cidadãos da África do Sul, número que na sua província, o Natal, vai porventura aos 35 por cento. Mas tem arma-

mento e combatentes em quantidade suficiente para originar fortes confrontos durante as próximas semanas e meses, se acaso triunfasse a vertente belicista do presente processo de transição.

A tropa do Kwazulu, a Umfolozi, foi já amalgamada nos últimos dias com a polícia local de modo a dar a Buthelezi perto de 30 mil homens em armas. Mas em todas as igrejas se reza para que o bom senso ainda possa triunfar e que a África Austral não venha a conhecer uma nova UNITA, capaz de combater o Governo instalado e os apelos da comunidade internacional. ■

"Último esforço" mal encaminhado

SETE LONGAS horas de discussões foram ontem insuficientes para o Presidente da África do Sul, Frederik de Klerk, e o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, convencerem o líder do Partido da Liberdade Inkatha (IFP, de base zulu), Mangosuthu Buthelezi, a participar nas primeiras eleições multirraciais do país, nos próximos dias 26 a 28.

Descrito como "o último esforço" para convencer a organização de base zulu a desistir do boicote ao sufrágio, e aguardado pelos observadores com grande expectativa, o encontro terminou em Pretória com declarações demasiadamente vagas no momento em que extremistas negros e brancos contam as espingardas.

"As discussões incidiram sobre o futuro do país, penso que todas as partes expressaram as suas preocupações sobre a situação e estamos a procurar uma solução para os problemas", resu-

miu, em declarações à Reuter, o negociador governamental, Roelf Meyer.

"Quando há discussões há sempre esperança", acrescentou Meyer, enquanto anunciava a rejeição do diálogo para mais tarde, ou só para hoje, terça-feira. Mas uma outra fonte governamental disse à agência britânica que "não resta muito tempo".

O Inkatha, que exige alterações na Constituição que admitam a virtual autonomia para o Kwazulu-Natal, onde vivem 8,5 milhões de zulus, continuava ontem firme na sua posição de boicote às eleições que porão termo a 350 anos de domínio branco na África do Sul.

Depois das notícias, dos dias anteriores, dando conta de treinos intensivos de combate de membros quer do Inkatha quer da Frente do Povo Afrikaner (extrema-direita branca), a situação tornou-se ontem ainda mais explosiva com um prometido apelo

do soberano zulu, Goodwill Zwelithini, a uma vigília nos três dias das eleições.

Fontes próximas de Zwelithini citadas pela Reuter disseram que o rei planeia convocar todos os zulus para reuniões de vigília, uma das quais estará já marcada para o próprio palácio real, em Nongoma.

Um dos mais famosos repórteres fotográficos sul-africanos, Ken Oosterbroek, que trabalhava para o jornal "The Star" e a agência Sygma, foi entretanto morto a tiro em Katilehong, cidade negra dos arredores de Joanesburgo. Ferido, ficou na mesma altura o fotógrafo da Reuter, Juda Ngwenya (de que publicamos uma foto nestas páginas), e o jornalista independente e Prémio Pulitzer de 1993, Greg Marinovich.

Mais de 15 mil pessoas morreram na África do Sul desde que

teve início, há quatro anos, o processo de reformas para o desmantelamento do apartheid. A maioria das mortes registaram-se nas regiões do Kwazulu e Natal, onde, desde que Frederik de Klerk impôs o estado de emergência, morreram pelos menos 238 pessoas.

Entre as vítimas da violência sul-africana contam-se entretanto mais dois portugueses, São José Jardim Pereira e João Manuel Jardim, ambos naturais da Madeira, assassinados respectivamente na sexta-feira e no sábado, a tiro, noticiou a agência Lusa.

Familiares de Jardim Pereira citados pela mesma agência admitiram que a sua morte possa ter motivos políticos, já que o imigrante português não escondia as suas afinidades com o Partido Democrático, numa cidade dominada pela extrema-direita branca, mas já a morte de Manuel Jardim terá sido motivada por roubo. ■

PÚBLICO, 19 4 94

Longe da confusão

PÚBLICO, 19 4 94

OS VOOS da África do Sul para muitos outros países estão completamente cheios para os próximos oito dias, designadamente no que diz respeito a Portugal, Grécia, Israel e Austrália, presumindo-se que a situação é essencialmente protagonizada por portugueses, gregos, judeus e cidadãos de língua inglesa. Há mais de 130 pessoas na lista de espera a aguardar uma desistência nos voos para Telavive e mais de 80 à espera de uma vaga nos voos para Lisboa, acontecendo quase outro tanto no que diz respeito a Atenas, pois a comunidade helénica na África do Sul também é numerosa e nem sempre muito bem vista pela maioria da população. No caso específico da Austrália, os bilhetes tendem a ser só de ida, pois um certo número de cidadãos brancos sul-africanos está a pensar transferir-se tanto para a terra dos cangurus como para a Nova Zelândia e o Canadá. Menor procura têm aparentemente os EUA e as ilhas britânicas. ■

Acreditações paralelas

PÚBLICO, 19 4 94

UM JORNALISTA estrangeiro que queira fazer a reportagem das eleições sul-africanas deve ter pelo menos duas creditações: uma do serviço oficial de comunicações, válida até 30 de Junho, e outra do ANC, válida até ao fim do ano. A primeira obtém-se em cinco minutos, com preenchimento de um formulário, apresentação de carta do órgão de comunicação em causa e do visto passado pela embaixada em Lisboa. A segunda requer um pouco mais de tempo, igualmente com formulário, mas também com apresentação da carteira profissional e com duas fotografias, uma para o cartão devidamente plastificado e outra para ficar nos ficheiros do partido. Os dois gabinetes de imprensa, o do Estado e o do ANC, ficam a uma centena de metros um do outro, no centro de Joanesburgo, e no primeiro também se tem direito a uma vasta carga de informação útil, bem como a uma camisola com a pomba da paz e a uma cassete com canções pacifistas. ■

O Inkatha aceitou por fim ir às eleições

África do Sul respira de alívio

Do nosso enviado
Jorge Heitor*,
em Pretória

A comunidade empresarial sul-africana e um académico queniano conseguiram o tão desejado compromisso entre o Partido Inkatha e os dois principais protagonistas da mudança. O Inkatha aceitou ir às eleições, pelo que se espera um certo truce no violência que tendia a alastrar.

Eram 13h de ontem na agradável e calma cidade de Pretória, onde os termómetros marcavam 29 graus, quando saiu fumo branco dos Union Buildings, sede do Executivo. Tinham chegado finalmente a bom termo meses e meses de arrastadas negociações que o Governo de Frederik de Klerk e o ANC, de Nelson Mandela, haviam mantido com o partido Inkatha, muito renitente em aceitar participar nas primeiras eleições multirraciais da África do Sul.

De Klerk, o chefe do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, e Mandela falaram sucessivamente à imprensa e explicaram que as eleições de 26 a 28 deste mês vão ter, tanto a nível nacional como provincial, a presença do partido que nos últimos anos tem vindo a lutar por uma enorme autonomia do povo zulu, essencialmente concentrado na província do Natal.

Aparentemente, os homens de negócios da África do Sul e um académico queniano que funciona como uma espécie de Kissinger negro, o professor Washington Jalango Okumu, conseguiram durante os últimos dias eliminar as muitas divergências que existiam entre o Inkatha e as duas forças básicas da política sul-africana: o ANC e o Partido Nacional, ambos já com bastante mais de meio século de existência.

Buthelezi, de igual modo

pressionado pelo Comité Central do Inkatha, onde já havia quem pensasse em o destituir de líder, aceitou por fim ir às eleições sob a condição de que o texto constitucional provisório vai uma vez mais ser emendado, no sentido de aumentar as competências das autoridades provinciais e de reconhecer um papel muito especial à monarquia zulu.

As boiças sul-africanas subiram imediatamente e o rand apreciou-se em relação às principais moedas estrangeiras, sinal de que o acordo foi bem recebido pelo mundo empresarial.

Para concretizar o que saiu das reuniões tripartidas efectuadas no início desta semana, o Parlamento cessante (onde não há negros) vai agora reunir-se segunda-feira na Cidade do Cabo, no sentido de aprovar as duas emendas que foram a moeda exigida pelo intransigente primeiro-ministro do Kwazulu para não insistir no adiamento das eleições nem no boicote das mesmas.

No fim da lista

Como já não havia tempo para imprimir mais 80 milhões de boletins de voto, que foram feitos em Londres, tanto para a votação nacional como nas nove votações provinciais optou-se por colocar um autocolante com o nome e o símbolo do Inkatha no fim da lista existente, em décimo nono lugar, a seguir ao Partido Nacional, que desde 1948 se encontra no poder.

Esta saída ocorreu escassas horas depois de, uma vez mais, algumas pessoas terem morrido em incidentes de violência nos aglomerados negros das imediações de Joanesburgo. E Mandela principiou mesmo o seu discurso por uma homenagem póstuma ao fotógrafo Ken Oosterbroek, do jornal "The Star", profissional branco que na véspera morreu em serviço na localidade de Tokoza.

Quanto ao Presidente, disse que o estado de emergência na província do Kwazulu/Natal será levantado logo que possível, após verificar-se que o nível de violência abrandou ali de forma efectiva. Mas a verdade é que a tranquilidade na principal cidade da região, Durban, já levou esta semana um visitante português a dizer que parecia estar em Cascais.

A convicção geral de diversos analistas é de que, a nível nacional, o ANC conseguirá agora cerca de 60 por cento dos votos expressos na próxima semana, o Partido Nacional à volta de 20 e o Inkatha talvez uns seis por cento,

podendo eventualmente ser relegado para a quarta posição pelo Partido Pan Africano (PAC), criado em 1959 pelo esquerdista Robert Sobukwe e dirigido actualmente por Clarence Makwetu.

Outras formações que aspiram pelo menos a dois ou três por cento são a Frente da Liberdade, do general boer Constand Viljoen, o Partido Democrático, dirigido pelo liberal africaner Zach de Beer, e o Partido Democrata Cristão Africano. Mas muito menos hipóteses devem ter grupos como o Partido Luso Sul Africano, de Manuel Moutinho, a Lista dos Trabalhadores ou o Partido Muçulmano África, cujo líder ontem mesmo se demitiu, devido a um conflito interno.

Os ministeriaíveis

Tendo Frederik de Klerk já assegurado um lugar de vice-presidente na nova República, há outros quatro dos seus actuais companheiros de equipa que são dados como prováveis no próximo Governo de Unidade Nacional: Derek Keyes, que quase certamente permanecerá nas Finanças, Roelf Meyer, ministro do Desenvolvimento Constitucional e da Comunicação, Leon Wessels, que detém a Administração Local e a Habitação, e Dawie de Villiers, cujo pelouro actual são as Empresas Públicas.

Se o Partido Nacional ficasse muito bem classificado e chegasse mesmo aos 24 por cento ainda poderia

certamente indicar um sexto nome para o elenco governamental, sendo então de encarar a hipótese Roelof "Pik" Botha, líder partidário no Transvaal e ministro dos Negócios Estrangeiros desde 1977. A alternativa que o ANC tem para Botha é o chefe do seu Departamento de Assuntos Internacionais, Thabo Mbeki, número três na lista de candidatos à Assembleia Nacional, depois de Mandela e do secretário-geral, Cyril Ramaphosa.

Entretanto, nos termos do acordo ontem ao princípio da tarde conseguido em Pretória, depois das eleições haverá a mediação internacional que não foi possível na semana passada, com Kissinger e Lord Carrington, apurando-se então alguns pormenores da vasta concertação sul-africana que está a ser desenhada. Nomeadamente quanto à forma como vai haver uma monarquia constitucional no âmbito de uma República que nem sequer se assume como federal.

Em 1961, a África do Sul afastou-se da Commonwealth por não querer estar submetida à rainha da Inglaterra, mas agora, mesmo que com alguma má vontade, lá terá de admitir no seu próprio seio o rei Goodwill, a quem Nelson Mandela não se cansa de prestar vassalagem, tendo já dito no fim da semana passada: "Ele é o meu chefe e o meu soberano. Quem é que pode jurar que jamais engolirá elefantes?"

* com Steven Lang,
em Joanesburgo

Filha de Mandela

MAKI MANDELA, a filha mais velha do líder do ANC, nascida no seu primeiro casamento, antes de ter conhecido Winnie, disse à imprensa que não vai apoiar o pai nas urnas porque receia que o Congresso Nacional Africano não seja capaz de cumprir as suas promessas eleitorais. Professora de Estudos Sociais, de 40 anos, prefere dar o seu voto ao Partido Democrático, de Zach de Beer, a formação liberal cujo programa de transformação da África do Sul foi nos últimos quatro anos adoptado pelo Presidente De Klerk. ■

Corrida aos enlatados

OS GRANDES fabricantes e retalhistas de produtos alimentares estão a ter na África do Sul um mês de Abril como há muito não se lembravam: as compras de comida enlatada são bem superiores ao normal, não vão os estabelecimentos ficar fechados três ou quatro dias quando as eleições se realizarem. Os feijões Koo e o molho de tomate All Gold são agora das espécies mais procuradas nos supermercados, pelo que as fábricas aumentaram o número de turnos e a distribuição está a ser feita mesmo durante a noite. ■

África do Sul a cinco dias das eleições

Ramaphosa, os cães e os reis

PÚBLICO, 21 4 94

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em Joanesburgo

As autoridades tradicionais da África Austral sentem-se encorajadas com o tributo que o ANC tem estado a prestar ao rei dos zulus. Isso poderá constituir a gênese de mais um problema para o partido de Nelson Mandela, que talvez não esteja hoje tão à vontade junto do eleitorado como há um mês.

“Os cães ladram e a caravana dos camelos passa; até que os cães se cansam de ladrar e acabam por se incorporar na caravana.” Foi com esta parábola eventualmente chocante que o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, ontem terminou um longo encontro com a imprensa estrangeira, no trigésimo andar do Carlton Hotel, no centro de Joanesburgo.

O “príncipe herdeiro”, aquele que provavelmente sucederá um dia a Mandela, talvez ainda não saiba que certas anedotas podem custar a carreira de um político. Por isso aludiu assim, de um modo óbvio, ao facto de o Inkatha ter acabado por aceitar ir às urnas. Mas, fora isso, os correspondentes e enviados estrangeiros não deram por mal gastos os 30 randes (1500 escudos) que pagaram para, a partir das 7h30, tomar um pequeno-almoço de 90 minutos com aquele antigo sindicalista, nascido há 42 anos no Soweto.

Tirando a “boutade” final, que não teria sido muito diplomática, Ramaphosa foi um homem de fino trato, que não se cansou de elogiar a atitude agora tomada pelo Inkatha, nem asquer a figura do general Constand Viljoen, antigo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas da África do Sul e que actualmente dirige a Frente da Liberdade, com a qual muitos dos africaners situados mais à direita pensam vir a conseguir representação na Assembleia Na-

cional. Ao mesmo tempo, garantiu que o ANC não fez qualquer “negócio” com o Inkatha, dando ao seu líder, Mangosuthu Buthelezi, por exemplo, um lugar destacado no futuro Governo.

O número dois do ANC congratulou-se com o facto de praticamente todos os grupos políticos do país irem às urnas na próxima semana, excepção feita ao Partido Conservador — enfraquecido desde que, no ano passado, Ferdinand Hartzenberg substituiu o falecido Andries Treurnicht — e a pequenas unidades da extrema-direita, como o AWB, de Eugene Terre-Blanche.

No entanto, a enorme deferência que o partido de Mandela teve nos últimos dias para com o rei dos zulus, no sentido de forçar o Inkatha a ir às urnas, poderá, a médio prazo, revelar-se problemática e criar-lhe novas dificuldades, para além das muitas que já se adivinham quando não for capaz de cumprir as promessas eleitorais.

O factor Holomisa

O general Bantubonke Holomisa, presidente do Conselho Militar e do Conselho de Ministros do Transkei, já veio perguntar em público porque é que o rei Goodwill Zwelithini tem direito a um tratamento especial na Constituição e os outros chefes tradicionais não. É que, na África do Sul, não há apenas uma linhagem zulu, mas também aristocratas de muitas outras etnias.

Holomisa, número 13 na lista de candidatos do ANC à Assembleia Nacional e aspirante (para já) ao cargo de ministro da Defesa, é um dos possíveis adversários de Ramaphosa na luta pela futura liderança do partido, tal como Thabo Mbeki, o previsível ministro dos Negócios Estrangeiros.

Filho do falecido chefe tradicional Bazindlovu Holomisa, o aguerrido político de 38 anos tem grande apoio entre a juventude e poderá muito bem chefiar uma das diversas alas em que se cre que dentro de algum tempo o ANC se irá dividir, principalmente quando uma parte do seu eleitorado se considerar defraudada e notar que não vai ser fácil, num ano ou dois, criar milhões de fogos e de postos de trabalho.

Para já, o facto de terem sido disparados da sede do partido maioritário os tiros que, no mês passado, mataram alguns manifestantes do Inkatha e a recente descoberta de pessoas que haviam sido sequestradas e levadas para as instalações regionais do Congresso Nacional Africano aju-

daram a diminuir a extrema popularidade de que este partido gozava aqui há um mês e que levava algumas sondagens a colocá-lo perto dos 70 por cento do eleitorado.

Esse número é agora considerado bastante irrealista por diversos analistas e o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, está a fazer um enorme esforço para conseguir obter mais de 20 por cento dos votos, que, no futuro parlamento, utilizaria em conjugação com os do Inkatha e, possivelmente, os do Partido Democrático, no sentido de bloquear quaisquer tendências do ANC para assumir atitudes ditatoriais, só possíveis, em princípio, a quem controlar pelo menos dois terços dos deputados.

Impedir o absolutismo

Praticamente todos os sul-africanos acreditam que o movimento dirigido ao longo dos anos por Albert Luthuli, Oliver Tambo e Nelson Mandela vai ser o vencedor das primeiras eleições multirraciais que se efectuam no país, mas muitos querem limitar o mais possível a dimensão dessa vitória, tendo em conta sobretudo a forte componente comunista que existe nas listas do ANC e o radicalismo de alguns dos seus militantes.

“Vamos evitar a maioria absoluta”, diz claramente no seu programa o Luso-South-African Party, de Manuel Moutinho, num exemplo claro de que a preocupação de muita gente é evitar a todo o custo que o ANC se torne demasiado

forte e possa, a médio prazo, ignorar os compromissos de moderação que tem assumido nos últimos tempos.

Quanto ao Partido Nacional, está com um jogo algo ambíguo, pois, se, por um lado, foi para a frente com o ANC no delinear da Constituição Provisória e na marcação das eleições, dá já indícios de que procura alianças no sentido de vir a chefiar uma forte oposição a Nelson Mandela.

O analista político Donald Simpson, citado ontem no jornal “The Citizen”, de centro-direita, foi ao ponto de admitir que a força conjunta do Partido Nacional e do Inkatha poderá levar a melhor em diversas províncias, como o Cabo Setentrional, o Cabo Ocidental, o Transvaal Oriental e o Kwazulu-Natal. E quadros do actual regime gostam de acreditar que De Klerk vai ficar com mais de um quinto dos deputados nacionais e com um ou dois primeiros-ministros regionais.

A verdade, porém, só irá começar a ser sabida na noite de 29 de Abril, duas horas depois de fecharem as urnas. E alguns aspectos do “puzzle” talvez só venham a ter solução no 1º de Maio, dado que as sondagens feitas nos principais centros urbanos nem sempre conseguem reproduzir com fidelidade o que vai na mente do país real, muito dependendo até do nível de abstenções e dos votos que terão de ser anulados, devido ao analfabetismo de tantos cidadãos. ■

Dois meses de férias pagas

AS MINAS Randgold, a leste de Joanesburgo, decidiram conceder a 300 dos seus trabalhadores zulus dois meses de “licença especial paga”, a fim de aliviar a tensão política no local. A gerência tinha chegado à conclusão de que não era possível garantir a segurança dos mineiros no lar onde viviam nem debaixo de terra, durante estes dias agitados das eleições e da formação de um governo de unidade nacional. As sequelas da história e do “apartheid” continuam a fazer com que trabalhadores de diversas etnias tenham dificuldade em viver e trabalhar em conjunto. ■

“Stress” acima do normal PÚBLICO, 19 4 94

OS SUL-AFRICANOS estão a experimentar actualmente níveis de “stress” superiores ao normal. Além de óbvio, está cientificamente analisado: o investigador Ebben van Zyl revelou que mais de 35 por cento da população, de todos os grupos étnicos, experimentam elevados níveis de tensão nervosa, comparado com 10 a 22 por cento da população dos EUA e da Europa. O “stress” revela-se nas doenças coronárias, na taxa de divórcios, na toxicod dependência e nas mais de 110 mil pessoas que estão nas cadeias. ■

Representante do Conselho Mundial das Igrejas acredita que a paz está para breve

“Governo e UNITA só tentam ganhar tempo”

Pereira Martins,
em Genebra

O pastor baptista angolano Ntoni Nzinga, que acompanha, em nome do Conselho Mundial das Igrejas, as conversações para a paz em Angola em Lusaka, acredita que um acordo de paz entre o Governo e a UNITA possa ser concluído este ano. Mas sente que os beligerantes querem neste momento ganhar tempo.

A questão tribal e a falta de pastas importantes para a oposição armada não são, para o pastor protestante angolano Ntoni Nzinga, que já se encontrou com todas as partes envolvidas no diálogo, incluindo o mediador da ONU, Alioune Blondin Beye, os principais óbices para a paz.

Segundo Nzinga, o mais importante agora é que os beligerantes, que parecem querer ganhar tempo nas conversações de Lusaka, se sentem à mesa das negociações com a intenção de concluírem um acordo de paz. “A UNITA quer segurança para os seus líderes se deslocarem a Luanda, e o Governo parece sincero quando afirma que garantirá essa segurança”, afirma.

PÚBLICO — Admite a possibilidade de um acordo de paz?

NTONI NZINGA — Há condições para isso. As actuais divergências não devem ser vistas como muito grandes. O que falta é vontade política. Mas acho que o que estão a fazer é a tentar ganhar tempo.

P. — O problema tribal é uma das principais dificuldades ou existem problemas de natureza política?

R. — Há uma tendência para tribalizar o processo po-

lítico angolano, mas na verdade o conflito é político. A alegação tribal é utilizada para desviar as atenções dos verdadeiros problemas do país. Mas a questão não é irrelevante. É uma questão que eu chamaria de identidade, porque a nação angolana foi formada pela ponta das armas do colonialismo. Os angolanos nunca tiveram tempo para sentar em volta de uma mesa e reflectir sobre o tipo de país e de sociedade que queriam construir.

A diferença ideológica não é o problema

P. — Mas agora que Angola não tem soldados cubanos e a UNITA não tem o apoio da África do Sul, não há melhores condições para se encontrar um denominador comum de paz?

R. — Existe uma diferença ideológica mínima nos programas políticos que as duas partes apresentaram em 1992 quanto às preocupações comuns, a questão económica e a reorganização do Estado. Ambos estavam muito próximos um do outro nos programas apresentados ao eleitorado. Só depois do resultado das eleições é que a dimensão tribal começou a ser focada como um aspecto importante do processo político. É por isso que digo que não deveríamos perder tempo em olhar o aspecto tribal, porque é um pretexto que está a ser utilizado para minar o processo de entendimento.

P. — Dizem também que o Governo angolano não ofereceu ministérios importantes à UNITA e que isso é também um obstáculo à paz...

R. — Não ouvi isso de qualquer das delegações com que me encontrei, como um problema sério. Ouvi do Governo, em Dezembro, que estava disposto a rever a questão. A UNITA disse-nos na altura que o seu problema não era ter um posto ministerial, e que estava a lutar por algo mais profundo. O problema de Angola não passa pela distribuição de ministérios. Não acho justo que alguém que não esteja satisfeito com a distribuição de pastas ministeriais possa, a qualquer momento, pegar nas armas e começar a matar.

P. — Quais são então as principais divergências?

R. — No que diz respeito à UNITA, um dos problemas que levanta é o da segurança dos seus membros nos centros do poder. Ou seja, dar um posto ministerial é uma coisa, assegurar que essa pessoa poderá estar viver livremente em Luanda é outra. A maior preocupação dos dirigentes da oposição armada é a sua segurança física e social. Sentem-se ameaçados devido ao que já aconteceu [acontecimentos de 31 de Outubro e 1 e 2 de Novembro de 1992]. Quanto ao Governo, continua a exigir que a UNITA deixe de ser um partido armado e se transforme num partido político como todos os outros partidos.

Sinceridade?
São políticos...

P. — Acha que o Governo angolano é sincero quando diz que dará garantias à UNITA?

R. — Não o posso garantir. São políticos como todos os outros políticos. Mas quando nos falam, com uma certa sinceridade que sentimos. Saber de que maneira poderão realmente manter a palavra, isso não sei. Mas posso dizer que nos repetiram várias vezes que gostariam que a UNITA voltasse à mesa de negociações e que deixasse de ser um partido armado para participar na reconstrução do país. Até onde poderão manter a sua palavra é outra coisa. Além disso, e é o que cria mais medo à UNITA, são militantes de partidos que os dirigentes não controlam.

P. — E em relação ao parlamento?

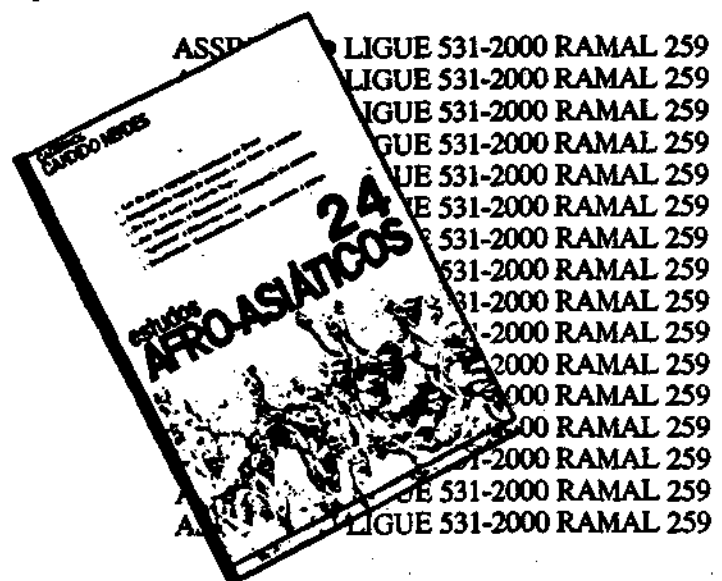
R. — O parlamento já lá está. A questão, agora, é dos deputados eleitos da UNITA tomarem seus lugares. Até onde poderão gozar de toda liberdade, com toda a dignidade, e gozar do respeito por parte da lei e da segurança. É isto que o governo deve garantir. E acho que os mecanismos para o fazer estão incluídos nas conversações de Lusaka, nomeadamente no papel das Nações Unidas quanto ao desarmamento.

P. — Qual tem sido o papel da ONU na tentativa de obter a pacificação?

R. — O representante do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, está a trabalhar muito para levar as duas partes a um acordo. Os princípios do cessar-fogo já foram aprovados há mais de quatro meses, mas ficaram por acordar os mecanismos para a sua aplicação. Penso que já ultrapassaram os problemas de segurança e militares. Estão agora a discutir os assuntos relacionados com o aspecto político do processo de reconciliação nacional. [Alioune Blondin Beye convocou ontem à noite as delegações dos beligerantes depois de uma pausa de algumas horas pedida pela UNITA para estudar a nova proposta sobre “princípios” do processo eleitoral em Angola].

P. — Tem uma ideia do que ocorreu no encontro do mediador Beye com o secretário-geral da ONU, aqui em Genebra, há alguns dias?

R. — Penso que foi um encontro de rotina para informação mútua e para estudo de uma eventual prorrogação do mandato da ONU em Angola. O secretário-geral não pode apresentar um relatório ao Conselho de Segurança sem ouvir o seu representante. ■



Afinal, a paz era boato

PÚBLICO, 21 4 94

A assinatura de um cessar-fogo em Angola não é afinal para já. José Eduardo dos Santos partiu para o Brasil para passar férias e não para embarcar disfarçadamente para os Estados Unidos e encontrar-se com Jonas Savimbi. O fim formal das hostilidades aguarda ainda muitos consensos em Lusaca, onde os negociadores ainda não sabem como abordar as questões difíceis.

O Presidente angolano deixou ontem discretamente Angola para um curto período de férias no Brasil e não para embarcar com destino aos Estados Unidos e assinar já hoje, com o líder da UNITA e sob os auspícios do secretário-geral da ONU, um acordo de cessar-fogo, disse ao PÚBLICO um porta-voz

da embaixada angolana em Brasília.

Este alegado objectivo da viagem do Presidente angolano, noticiado ao princípio da tarde pelo Canal I e pela SIC, retomado pela Reuter e classificado por fontes governamentais angolanas, citadas pela Lusa, como escondendo uma "missão secreta", chegou a lançar a confusão em meios diplomáticos até ser desmentido.

Tudo obedeceria a uma "sugestão" estudada por Butros Butros-Ghali e Alioune Blondin Beye, o seu representante em Angola, para juntar os beligerantes num encontro "altamente secreto", ao "mais alto nível" e em território neutro: José Eduardo dos Santos viajaria discretamente para o Rio de Janeiro, daqui para Nova Iorque, encontrava-se com Jonas Savimbi, assinavam o acordo e pronto.

A "missão secreta" chegou mesmo a ser explicada a Lusa por "fontes diplomáticas ocidentais" em Luanda: Butros-Ghali e Alioune Beye queriam obter com este encontro, e à margem das conversações de Lusaca, a formal assinatura do

fim das hostilidades. Evitar a perda de mais vidas humanas e facilitar a distribuição do auxílio humanitário seriam as linhas de força do plano.

Surpreendidos ficaram a UNITA e o Governo angolano. Em Washington, o representante da organização rebelde, Francisco Cruz, disse ao PÚBLICO que era tudo "mentira". Em Lisboa, a embaixada angolana achou tudo muito "confuso". Em Luanda, o porta-voz da Presidência, Aldemiro da Conceição, negou "categoricamente" a notícia, admitindo embora que Eduardo dos Santos fosse ao Brasil.

Enfim, pelo menos a viagem acabou por ser confirmada, a meio da tarde, pela embaixada angolana em território brasileiro. O Presidente era esperado, mas para um "curto período" de "repouso", o qual não deverá ultrapassar "uma semana".

Lusaca marca passo

Menos confusas parecem decorrer as conversações de Lusaca, onde se continua a tentar um acordo global que permita,

então, a assinatura do fim das hostilidades. Ainda ontem a correspondente da Lusa afirmava que, apesar dos negociadores terem concluído acordos globais sobre a formação conjunta das forças armadas e da polícia nacional, e ainda sobre um cessar-fogo, este depende do consenso final relativamente a todas as questões, que estão interligadas.

Todos os encontros de ontem foram no entanto para estabelecer a moldura do diálogo. A delegação governamental reuniu-se aozinha e a da UNITA também. Ao fim da tarde estava previsto um encontro com Alioune Beye, que não consegue juntar os negociadores de ambos os lados desde o fim de Março.

Em agenda, mas sem acordo sobre o modo de discussão, estão diversos aspectos da "reconciliação nacional", os princípios que deverão reger a segunda volta das presidenciais angolanas, pendentes desde o Outono de 1992, e a participação da ONU e dos observadores internacionais (Estados Unidos, Portugal e Rússia) no processo. ■

à margem

PÚBLICO, 21 4 94

Hospitais de prevenção

OS HOSPITAIS da província Pretória-Whitwatersran, a mais populosa da África do Sul, com mais de nove milhões de habitantes em 25 mil quilómetros quadrados, colocou os seus hospitais de prevenção ao longo da próxima semana, a fim de enfrentar possíveis emergências durante o período eleitoral. As unidades hospitalares estão a enviar para casa os doentes menos graves, para criar espaço para as vítimas de eventuais confrontos. ■

Vítimas do ANC

NO INÍCIO da semana, a Polícia libertou cinco homens que se encontravam sequestrados nas instalações regionais do ANC, em Joanesburgo, acusados de serem do Inkatha. Um sexto homem tinha conseguido fugir e chamara as autoridades para irem ver o que se estava a passar naquela prisão ilegal, onde passaram cerca de 24 horas. O Inkatha comentou que esta poderá ser a sorte reservada aos zulus num governo dirigido pelo ANC. ■

PAC admite coligação

O CONGRESSO Pan-Africano (PAC), de extrema-esquerda e de radicalismo negro, declarou-se disposto a entrar em coligação com o ANC na província do Cabo Ocidental, a fim de evitar que o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, tome o poder nessa região, com base nos votos dos 60 por cento de habitantes mestiços e dos 22 por cento de brancos. Os negros estão ali em minoria, pois não chegam bem a constituir 18 por cento dos 1,7 milhões de habitantes. Mais de 61 por cento dos habitantes do Cabo Ocidental falam afrikaans, 21 por cento inglês e 16 por cento xhosa, quase não havendo ali outras etnias banto. A capital regional é a Cidade do Cabo, uma das mais belas do mundo, situada junto ao Cabo da Boa Esperança, alcançado por Bartolomeu Dias em 1488. ■ J.M.

O menor é o maior

O MENOR dos nove territórios em que, de ora em diante, fica dividida a África do Sul é não só o que tem o maior nome, Pretória-Witwatersrand-Vereeniging (PWV para os íntimos), como também o que tem o maior número de eleitores, 4.862.117, elegendo uma Assembleia Provincial de 86 lugares e 43 deputados à Assembleia Nacional. Em compensação, a mais

extensa das novas províncias, a do Cabo Setentrional, junto à fronteira com a Namíbia, só tem 439.149 eleitores, uma assembleia provincial de 30 lugares e quatro deputados nacionais.

Partido Progressista do Chicote

O ACTUAL Partido Progressista Ximoko, cujo símbolo é a mão direita, começou, há meia dúzia de anos, por se chamar Ximoko Xa Ri Xaka (O chicote da nação), tendo conquistado o poder no Gazankulu, o bantustão dos rongas e changanas, povos que, do lado de lá do Parque Nacional Kruger, deram ao mundo figuras como Samora Machel e Joaquim Chissano. Em 1990, quando os muros começaram a cair, o chicote também tombou, ficando só a mão aberta que o empunhava. O grupo abandonou a antiga aliança com o Partido Nacional, que vinha dos tempos do presidente Botha, e tornou-se Progressista. Há meses, uma das suas facções desejou mesmo ser tão progressista que se integrou nas listas eleitorais do ANC, enquanto a outra vai às urnas de forma autónoma, sob a direcção de Edward Mhinga, 66 anos, director de uma mina de ouro e presidente do conselho de administração de diversas empresas. ■ J.M.

Comunidade lusa do Natal saúda participação do Inkhata

Um alívio português

Do nosso enviado
Rui Cardoso Martins
em Durban

Em Durban, um dos pólos de portugueses na África do Sul, a violência chega-lhes à porta, mas não entra. O Natal — baptizado assim por Vasco da Gama — do estado de emergência só começa ali a uns quilómetros. Aliviados com a entrada do Partido Inkatha nas eleições, esperam agora o benefício de se terem estabelecido numa zona onde o "apartheid" foi menos "apartheid".

As redes ao largo de Durban, que protegem as praias dos grandes tubarões do Índico, permitem a passagem de alguns dos peixes carnívoros para a costa. Mas não é por isso que as praias deixam de se encher de banhistas e de rapazes do "suri", mesmo sendo um ataque mortal tão possível que os areais estão crivados de aviões. Aquele que puser o pé no mar fá-lo "por sua própria conta e risco". Pois o sistema é engenhoso: as redes estão "partidas" em segmentos descontinuos — abalados pelas marés e correntes — e é assim que o tubarão que tenta entrar na praia fica preso e morre onde antes lhe abriram a porta.

O centro e os subúrbios brancos de Durban ainda vivem em segurança, como se as cidades negras que os cercam se prendessem diariamente nas suas próprias redes de miséria e violência. O estado de emergência decretado no Natal-Kwazulu, depois de meses da maior mortandade de negros contra negros registada na História recente da África do Sul (331 mortos em Março no Natal, militantes do ANC contra os do Inkatha, em Abril vai-se ver), só começa verdadeiramente a três ou quatro quilómetros para o interior, nas zonas de fronteira rásica criadas pelo "apartheid".

Estas não são morada para os cerca de 20 mil portugueses espalhados pelos quatro pólos de Durban, onde vivem bem, como seria difícil que vivessem em Portugal. E se, hoje, há muitos negros no centro, estes vendem bugigangas e peças de arte no pas-

seio da marginal, ou trabalham na hotelaria e na construção.

Numa cidade situada tão perto da terra ancestral dos zulus, os receios são poucos e a notícia da participação do Partido Inkatha nas eleições livres caiu como uma bomba de oxigénio entre os que ficaram para o desfecho da votação.

Não são apenas os últimos desenvolvimentos políticos o que os protege, defendem alguns, pois o "apartheid" do Natal e de Durban, foi sempre diferente do do Transvaal e de Joanesburgo. "Até as pessoas que vinham de férias do Transvaal nos olhavam com rancor, pela maneira como tratávamos o preto", diz José Fernandes, o novo dono do restaurante Coimbra, a dois passos da estrada da praia. O rancor vinha de tratar o negro de forma diferente. De, por exemplo, depois de muitos anos em que branco e preto nem pensavam em sentar-se lado a lado, famílias de negros começaram finalmente a almoçar em restaurantes como o Coimbra, quando tal era ainda impossível nas zonas de maior influência afrikaner.

O Natal, além da predominância zulu, é também terra em que se estabeleceram muitos milhares de indianos e brancos de língua inglesa, que, hastante menos, têm a ver com a rígida estratificação social que os "boers" impuseram no Sul de África.

Um certo "apartheid"

Agora, que houve "apartheid", houve mesmo. Basta lembrar como os brancos têm forçadamente de ter medo de se deslocar para as imediações das "townships" de Umbazi Kwamashu e Inanda, a entre 10 e 30 minutos de carro, que é a melhor maneira de se contarem as distâncias num país grande como a África do Sul.

"Há pessoas que são ainda muito racistas. Duvido que seja muito diferente de Joanesburgo", alvitra Alzira Morais, arquitecta luso-sul-africana, nascida há 31 anos em Angola, com passagem pela Rodésia, hoje Zimbábue, filha de pais portugueses e que, à falta de melhor definição, se considera africana, sem deixar de ser portuguesa.

Responsável pelo projecto de um grande prédio de habitação em Durban, Alzira ainda se lembra bem dos tempos em que era uma "bloody 'pork and cheese'" (maldita queijo e porco, uma deformação muito cómica de "portuguesa"), do dia em que leu no

jornal que os negros podiam finalmente ir ao cinema.

E de como ainda tem de fazer peito ao silêncio hipócrita e aos olhares de esganeta sempre que vai a algum sítio com um seu amigo moçambicano, "que fala português como poucos portugueses aqui" e belíssimo inglês. Um rapaz negro que, quando resolveu que, à custa de trabalho intenso, ia mesmo fazer-se arquitecto na Universidade de Durban, descobriu que na escola nunca lhe tinham falado que existiu uma coisa chamada Renascimento, que há colunas e templos gregos de pé, e que lhe tentaram impingir que, quando os brancos chegaram ao Sul de África, não havia lá preto nenhum.

Os primeiros brancos que chegaram ao Sul de África falavam português. Mas, naqueles tempos em que se dobrou o Cabo das Tormentas, como em breve se dobraria o século XV, deixaram mais palavras que fundações. Numa região que se transformou, com os séculos, num empório da cana-de-açúcar, da banana e de alguns centros petrolíferos e de têxteis, lá está a Associação de Portugueses do Natal, que dá guarida a vários eventos desportivos e culturais. Onde se pode ouvir o novo presidente confessar profundos sentimentos anti-"apartheid", sabendo que o centro da cidade será provavelmente "tomado" pelos negros, como aconteceu em Joanesburgo. Mas onde, também, se pode ouvir um velho elemento da direcção perguntar espontaneamente por que estúpida razão "a Europa se convenceu de que o preto também é gente".

Onde, numa praça do centro, um busto de Fernando Pessoa, que ali fez colégio, interpela:

Buthelezi deixa Natal

PÚBLICO, 21 4 94

O CHEFE tradicional zulu Mangosuthu Buthelezi, até hoje primeiro-ministro e ministro da Polícia do bantustão Kwazulu, já não tem pretensões a ficar como chefe do governo provincial do novo conjunto Kwazulu-Natal. O bantustão como tal deixa de existir na próxima semana, fundindo-se na província do Natal. O nome de Buthelezi aparece à frente da lista na-

"Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal!"

Onde o navegador Bartolomeu Dias tem estátua frente à praia e onde Vasco da Gama, porque num longínquo dia 25 de Dezembro ali fez escala natalícia, gostou das águas e das vistas e, como bom cristão, as baptizou de terras do Natal.

Um local com certeza altamente simbólico para o português que, mesmo na praia principal da cidade, dirige o importante Instituto de Pesquisa Oceanográfica e o Aquário de Durban. "Nunca pensei nisso", confessa António de Freitas, surpreendido. O biólogo, de 60 anos, é o principal responsável pelos melhores estudos científicos da costa africana do Índico, no que repete as habitates e bancos de camarões. É, muito a rigor, quem iniciou o crescimento controlado da pesca de crustáceos que permite que, ainda hoje, se aprecie nas cervejarias portuguesas o grande camarão tigre de Moçambique, onde ele também viveu.

António de Freitas reconhece que, para chegar a um dos mais altos cargos de estudos e recursos oceânicos, a presidente da mais importante associação de África, se afastou um pouco dos seus compatriotas. "Parece-me que, na maior parte, os portugueses de cá são muito trabalhadores. Realmente, metem-se apenas a trabalhar..."

Católico, membro da direcção do Colégio de Nossa Senhora de Fátima, em Durban, onde, em 1976, já aceitavam raparigas negras, mulatas, indianas, totalmente contra as leis do "apartheid", António de Freitas explica como no instituto que hoje dirige se fez o estudo para parar com o ataque dos tubarões em Durban. O sistema australiano.

Uma vez que uma rede uniforme se pode sempre romper com uma dentada dos esquilos, as redes abertas, porque os prendem, diminuem simplesmente o seu número. ■

cional do Inkatha, o que quer dizer que ele prefere chefiar a bancada do seu partido ou ter um cargo no Governo central. E, a nível provincial, quem se candidata a primeiro-ministro do Kwazulu-Natal é o presidente nacional do Inkatha, Frank Mdlaloe, considerado "um dos poucos verdadeiros cavalheiros da política sul-africana", no dizer da rádio oficial. Mdlaloe terá de fazer frente ao cabeçade-lista do ANC no Kwazulu-Natal, Mpho Scott, sendo um tanto ou quanto difícil, de momento, dizer qual dos dois terá maiores possibilidades.

Campanha a todo o vapor no Kwazulu-Natal

O Inkatha não dorme

Do nosso enviado Jorge Heitor, em Durban

Os militantes do Inkathu dizem nem sequer ter tempo para dormir, pois é preciso recuperar o tempo perdido. Os ingleses do Natal esultam com a notícia

de que o príncipe Filipe tem a tomada de posse do novo Presidente. Mas, para já, Durban vive, apesar de tudo, um tempo suave de Outono.

Catadupas de cartazes iam ontem à noite, a toda a pressa, ser distribuídos por toda a África do Sul, mas muito em especial pelas terras do Kwazulu-Natal, numa altura em que o Partido Inkatha da Liberdade quer recuperar da melhor maneira possível o tempo que, de algum modo, perdeu até se decidir a ir às eleições gerais de 26 a 28 deste mês.

"Agora só vamos dormir depois de, no dia 29, serem conhecidos os resultados", disse um dos funcionários que, nas instalações do partido, em Albany Grove, perto da Câmara Municipal de Durban, ontem, ao fim da tarde, se afadigava na expedição dos cartazes com a cara de Buthelezi. Cartazes que, desde há dias, começavam a ser vistos em vários pontos. Mesmo antes de ter sido conhecida a decisão do grupo de ir às urnas.

Buthelezi dizia ontem num comício em Ulundi, capital do Kwazulu, que seria um milagre se o seu partido tivesse bons resultados eleitorais. "Só Deus fez o seu trabalho em seis dias", desabafou o líder zulu para os jornalistas.

Quem já não vai ter hipótese de se apresentar de forma autónoma é o Partido Conservador, de Ferdinand Hartzenberg, que, há dois dias, começou a dar sinais de, afinal de contas, também querer concorrer, para não ser dos muito poucos que ficam de fora. A Comissão Eleitoral Independente disse-lhe que deveria ter acordado mais cedo, pois, agora, já não vai ser possível arranjar mais autocolantes, depois dos 80 milhões que estão a ser feitos para o Inkatha. Nem o boletim tem espaço suficiente para nele se incluir mais nada.

Agora, a hipótese de Hartzenberg, de 58 anos, é juntar-se à Frente da Liberdade, do general Constand Viljoen — a quem há umas semanas os conservadores chamavam "traidor", por ele ir às urnas — e deixar que o AWB de Eugene Terre-Blanche seja das raras organizações da extrema-direita a não querer participar nas mais importantes eleições a que o continente africano tem assistido desde há muitos anos.

Ao longo da extensa avenida marginal da cidade de Durban, à

beira do Índico, vêem-se os cartazes dos líderes do ANC, Nelson Mandela, do Partido Nacional, de Frederik de Klerk, do Partido Democrático, de Zach de Beer, de Viljoen e de Buthelezi, mas o PAC e outras forças pouca propaganda têm feito.

De qualquer modo, o presidente De Klerk triunfou em toda a linha quando, há pouco mais de dois anos, solicitou e conseguiu um mandato da maioria dos brancos sul-africanos para prosseguir as negociações sobre a transferência do poder para um regime mais representativo. E Mandela triunfou com ele ao insistir, ao longo dos últimos meses, em que as eleições multirraciais não poderiam ser adiadas por mais tempo, pois isso só iria ajudar a prolongar a violência.

Pelo menos por enquanto, De Klerk e Mandela levam vantagem, uma vez que conseguiram arrastar até às urnas o muito teimoso príncipe zulu Mangosuthu Buthelezi, o general boer Viljoen e agora até o "ultra" Hartzzenberg, que apanha possivelmente uma boleia nas listas de quem acordou um pouco mais cedo. Há, deste modo, condições para que a abstenção não seja muito elevada e para que a Assembleia Nacional e o Senado a eleger na próxima semana sejam o mais representativos possíveis.

A súmula das diversas sondagens é que o ANC poderá conseguir qualquer coisa como 49 a 62 por cento, ficando o Partido Nacional entre os 19 e os 23 por cento e havendo quatro hipóteses para o terceiro lugar: Inkatha, PAC, Partido Democrático e Frente da Liberdade. Os outros 13 grupos candidatos a nível nacional são quase todos susceptíveis de ficar em menos de três por cento dos votos.

Filipe de Edimburgo

Aqui, no Natal, território que os ingleses chamaram seu em 1843, causou hoje grande alegria entre a comunidade britânica a notícia de que a rainha Isabel II se fará representar na tomada de posse do próximo Presidente da África do Sul, em 10 de Maio, pelo marido, Filipe de Edimburgo.

Isabel esteve uma vez em terras sul-africanas, ainda princesa, poucos anos depois do fim da II Grande Guerra, a acompanhar o

pai, o rei Jorge VI, durante cujo reinado se tornaram independentes a Índia e o Paquistão.

Desses territórios asiáticos há agora muita gente a viver no Natal, onde, aliás, o jovem advogado Mahatma Gandhi iniciou a sua carreira, entre as famílias orientais que há 130 anos começaram a chegar a Durban, o antigo Porto Natal, a que os portugueses haviam dado o nome.

Os indianos, mais de 11 r

PÚBLICO, 22 4 94

Bomba na comissão eleitoral

PÚBLICO, 21 4 94

UMA BOMBA explodiu ontem, no Estado Livre de Orange, no escritório regional da Comissão Eleitoral Independente, organismo que fiscaliza o acto eleitoral sul-africano. A explosão causou danos avultados nas instalações, localizadas em Hoopstad, cidade conservadora maioritariamente branca e rural, no Noroeste da província.

Fotógrafo vítima da paz

PÚBLICO, 21 4 94

O EXÉRCITO sul-africano assumiu nas últimas 48 horas funções de policiamento nas conturbadas povoações negras a leste de Joanesburgo, depois de se ter verificado a ineficácia da Força Nacional de Manutenção da Paz, criada há tempos por uma série de partidos, a fim de actuar com uma certa independência. Os fotógrafos que assistiram na segunda-feira à morte do seu colega Ken Oosterbroek, na localidade de Tokoza, estão convencidos de que as balas que o atingiram a ele e a outros dois profissionais do mesmo ramo partiram da Força de Manutenção da Paz, o que parece um tiro equívoco. Todas as semanas tem havido na África do Sul umas dezenas de mortos, em conflitos de cariz étnico-

cento da população do Kwazulu-Natal, não têm hoje em dia nenhum grande partido que vá disputar as eleições a nível nacional e muitos deles tencionam responder ao apelo de De Klerk para que vote no seu grupo o maior número possível de todos aqueles que têm medo das influências comunistas denunciadas no ANC.

O Partido Nacional, que há 20 anos era o porta-voz da superioridade branca, apresenta-se hoje como verdadeiramente multirracial e espera conseguir o voto de negros, mestiços, indianos e brancos. Pretende ficar, desse modo, com mais do que um quinto do eleitorado total, a fim de lhe ser possível travar algumas tendências dos fiéis de Mandela para se inclinarem mais para a esquerda, o que se traduziria, na opinião das forças mais moderadas, em encaminhar o país para um desastre previsível. ■

político, mas a tendência é para que, durante os próximos dias, as coisas acalmem um pouco, tanto mais que já quase ninguém proclama o boicote das eleições.

800 mil para um "volksstaat"

PÚBLICO, 23 4 94

O PARTIDO Conservador tentou nos últimos dias que o general Constand Viljoen, líder da Frente da Liberdade, só fosse mesmo às urnas depois de obter a promessa de que 800 mil votos a favor desse grupo boer obrigariam à criação de um "volksstaat", ou seja, um estado autónomo, onde os sul-africanos de ascendência holandesa, huguenote e germânica conseguissem preservar a sua identidade cultural. Tal votação significaria que quase um quarto dos brancos da África do Sul estaria na disposição de viver num território mais ao jeito daquilo a que estava habituado há uns 20 anos, em vez de se ver no meio de um conjunto em que o Presidente e a maior parte dos ministros sejam negros. Mas duvida-se de que realmente um quarto dos 5,2 milhões de brancos sul-africanos queira mesmo que o tempo volte para trás. Muitos, mesmo que gostassem disso, pensam que será mais realista votar no Partido Nacional, como forma eficiente de colocar um certo travão ao triunfo das ideias socialistas. ■ J.M.

Dirigente do Inkatha em entrevista ao PÚBLICO

“Não queremos novas Frelimos”

PÚBLICO, 23 4 94

O Inkatha insiste em que não está em campo só para defender os zulus, mas sim para lutar por uma África do Sul cristã e dedicada à livre iniciativa. Para que não haja mais governos ditatoriais na África Austral.

Para o porta-voz e director político nacional do Inkatha, a escolha é simples e óbvia: “Seguimos os princípios do cristianismo e da livre iniciativa, enquanto o ANC tem do poder uma visão totalitária.”

“Lutamos pelo pluralismo e pela democracia, para que não haja mais regimes como os do MPLA e da Frelimo”, acrescentou ontem, em conversa com o PÚBLICO, em Durban, Ziba B. Jiyane, de 35 anos, que há pouco regressou ao partido de Buthelezi, que trocara, em 1978, pelo Congresso Pan-Africano (PAC), esquerdista.

“O principal assunto que nos estava a impedir de ir às eleições era o facto de a monarquia zulu ainda não haver sido reconhecida pela Constituição; mas nós não somos um partido zulu e nunca houve na História uma guerra entre xhosas e zulus. O que queremos é o federalismo e a democracia na África do Sul, esperando que, após as eleições, a questão federal possa ser sujeita à mediação internacional. Esperamos que Kissinger e Lord Carrington cá voltem, juntamente com o jurista queniano que esta semana nos ajudou a ultrapassar as maiores dificuldades”, acrescentou Jiyane, antigo presidente da Brigada Juvenil do Inkatha, que há 16 anos fora para a extrema-esquerda, por Buthelezi não querer tomar uma atitude firme contra o “apartheid”.

“Os seres humanos não são anjos e o ANC tem de aprender que há outras organizações. Se realmente o entender, o futuro da África do Sul será brilhante, na concertação”, prosseguiu o antigo esquerdista arrendido, que, de 1979 a 1984, foi director de Publicidade e Informação do PAC, ao qual augura agora a hipótese de conseguir mais de cinco por cento dos votos a nível nacional.

Para o seu próprio partido, Ziba Jiyane augura a possibilidade

de de mais de 20 por cento dos votos de toda a África do Sul e uma maioria na província do Kwazulu-Natal, relegando aqui o ANC para a segunda posição, o que não é bem a ideia de observadores independentes, como a jornalista britânica Deborah Ewing, actualmente a trabalhar na preparação dos cidadãos do Natal para que saibam ir às urnas e escolher o partido que melhor entenderem.

Buthelezi no Governo?

“A nível nacional teremos um governo de unidade, em que estarão representados todos os partidos que consigam cinco por cento dos votos. Mas aqui, no Kwazulu-Natal, poderíamos muito bem governar sozinhos, se conseguíssemos mais de 50 por cento dos votos. Tudo depende dos resultados e todas as hipóteses estão em aberto”, afirmou ainda este licenciado em Ciências Políticas pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e doutorado em Direito por Yale.

O porta-voz do partido não falou da hipótese, que tem sido aventada em alguns círculos, de Buthelezi receber uma das vice-presidências da República, se acaso o Inkatha conseguisse muito boa posição nas eleições. Teoricamente, só haverá vice-presidentes em representação

dos partidos que tenham um mínimo de 20 por cento dos votos, ou dos dois mais bem classificados; mas admite-se a hipótese de um gesto extraordinário de boa vontade em relação ao Inkatha, se este se aproximar pelo menos um pouco daquela cota.

Ontem, em campanha, Buthelezi assegurou a dois mil partidários, num comício no Transvaal Oriental, que não participará num governo de unidade nacional mesmo que obtenha votos suficientes para isso, além de que afirmou que o presidente De Klerk e Nelson Mandela eram “irmãos no crime político.”

Para o porta-voz do Inkatha, como para muitas outras pessoas, o que importa agora é limitar ao máximo a maioria anunciada do grupo de Mandela: “Se o ANC ganhar demasiados votos, ficará arrogante...”

Enquanto, há uma dúzia de anos, na África do Sul, a atitude era a de uma generalidade de forças contra o monopólio do poder pelo Partido Nacional, hoje em dia o traço de união entre uma série de diferentes formações políticas é limitar ao máximo a vantagem incontornável do Congresso Nacional Africano, que muito gostaria de poder cativar dois terços do eleitorado e depois ditar à vontade as suas leis. ■

Presidente Mandela faz esperar Angola

APESAR de afastada a hipótese de um encontro entre Jonas Savimbi e Eduardo dos Santos, que deverá regressar a Luanda no final da próxima semana — após um visita particular de dez dias ao Brasil —, uma fonte diplomática que acompanha o processo de paz angolano afirmou ao EXPRESSO que «são agora maiores as possibilidades do Governo e da UNITA chegarem a um acordo de paz», mas tal só será formalizado após a investidura de Nelson Mandela como futuro Presidente da África do Sul. Ontem, em Benguela, o primeiro-ministro angolano, Marcolino Moco, admitiu pela primeira vez, em público, o avanço do diálogo.

Nesta perspectiva, os chefes de Estado da região terão recebido já o «sim» das duas partes para que o acordo seja rubricado em Lusaka e não em Nova Iorque, na expectativa de um maior envolvimento dos países da África Austral na resolução do conflito. As conversações entre o Governo e a UNITA deram um passo em frente na terça-feira, com a assinatura de um acordo sobre os quatro princípios gerais para a conclusão do processo eleitoral. O desfecho final das negociações que prosseguem em Lusaka será precedido de um encontro, em S. Tomé, entre as chefias militares dos contendores, revelou uma fonte diplomática.

EXPRESSO, 23 4 93

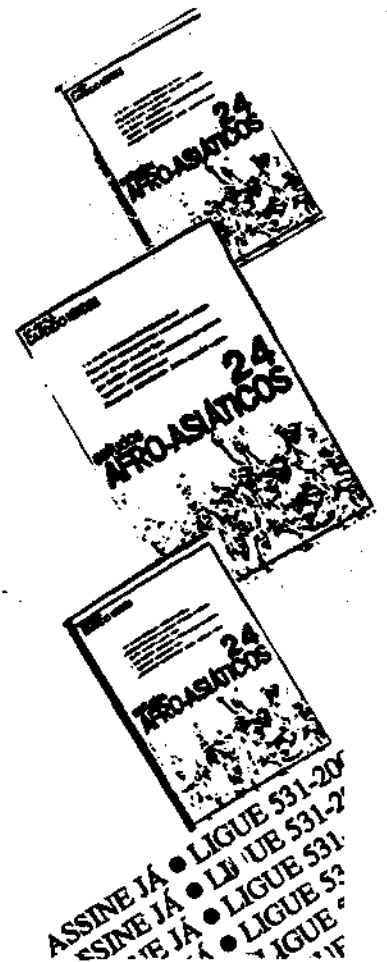
Makgathos votam De Klerk

NUM ANÚNCIO de página inteira, em diversos jornais, lê-se em grandes parágrafos: “O nosso antepassado foi presidente do ANC, mas nós votamos todos Partido Nacional”; e logo a seguir uma fotografia de cinco descendentes

PÚBLICO, 23 4 94

de Sefako Mapogo Makgatho junto ao túmulo daquele que dirigiu o Congresso Nacional Africano de 1917 a 1924. Depois, um texto a explicar porque é que acham que o partido de Frederik de Klerk é o melhor e a recordação de que Mandela deu ao seu segundo filho o nome de Makgatho. Mais uma das muitas páginas de jornais em que o Partido

Nacional coloca negros a dizer que não há ninguém tão bom no país como o grupo que se encontra no poder desde 1948... Noutro anúncio do actual partido governamental vê-se um intrépido De Klerk a deter com a mão um lobo mau que tem inscritos a foice e o martelo e se cobre com uma pele de cordeiro, onde surgem as insígnias do ANC.



ASSINE JÁ • LIGUE 531-20
 ASSINE JÁ • LIGUE 531-2
 ASSINE JÁ • LIGUE 531-2
 ASSINE JÁ • LIGUE 531-2

Afonso Dhlakama em visita oficial a Portugal

Governo admite ajudar a Renamo

PÚBLICO, 22 4 94

Fernando Sousa

Afonso Dhlakama e Durão Barroso concordaram ontem que o processo de paz moçambicano está bem mas que os perigos espreitam. Portugal vai sensibilizar a comunidade internacional para não abandonar Moçambique, e estudar o reforço do seu auxílio, mas quanto a ajudar a Renamo, em particular, o problema é bicudo.

Sensibilizar a comunidade internacional com certeza, aumentar o auxílio português vamos estudar como ajudar a Renamo, em particular, é uma possibilidade "legi-

tima" mas um problema que apresenta contornos pouco pacíficos, disse ontem o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Manuel Durão Barroso, ao presidente da Renamo, Afonso Dhlakama.

Dhlakama chegou ontem a Portugal para uma visita oficial de seis dias (a primeira que realiza ao nosso país desde que aqui esteve, em visita privada, em Novembro de 1991), durante a qual fará com as autoridades portuguesas o ponto da situação do processo de paz moçambicano e a quem pedirá um maior empenho.

As três promessas - a sensibilização do mundo e dois estudos - de Durão Barroso foram feitas a Afonso Dhlakama durante uma audiência de 90 minutos, encontro que ambos consideraram "excelente" em declarações aos jornalistas.

Durão Barroso louvou os esforços pacificadores da Renamo e da Frelimo, mas recordou que "há ainda um caminho a percorrer até às eleições, e mesmo depois delas". Depois de contabilizar, rubrica a rubrica, em resposta a uma pergunta, quanto Portugal gastou até agora e em que, reiterou o apoio português ao processo de paz moçambicano, "não só em termos políticos como em termos

militares e económicos". Afonso Dhlakama disse-se "sensibilizado" com o empenho do Governo, mas pediu-lhe mais apoio na razão directa das "responsabilidades" de Portugal, lembrando ao mesmo tempo que países como a Itália, a Grã-Bretanha e a Holanda continuam devedores das promessas feitas.

Recusando a possibilidade de acontecer a Moçambique o que está a acontecer em Angola, o líder moçambicano disse que, vença ou perca as eleições "o importante é lançar as bases da democracia", que "após as eleições não haverá nem vencidos nem vencedores", que a Renamo está disposta a participar num Governo da Frelimo e que ele próprio aceitará "qualquer cargo" para que seja convidado. Tinham-lhe perguntado se aceitaria o segundo lugar da hierarquia do Estado.

Dhlakama afirmou que contacta regularmente com o Presidente Joaquim Chissano, afastando especulações sobre dificuldades de relacionamento entre ambos. Durão Barroso aproveitou para sublinhar as virtualidades do diálogo, apontando a

África do Sul como um bom exemplo e o Ruanda como o oposto.

Sem sucesso ficou um pedido de auxílio económico da Renamo a Portugal. O ministro português explicou que "Portugal não tem que apoiar nem a Frelimo nem a Renamo", mas Moçambique, prometendo apenas que vai estudar a questão, que considerou "legítima", uma vez que, como foi reconhecido nas negociações de Roma, a situação de um movimento que vem do "mato" é diferente da de outro que está já no poder. Mas se o pedido vier a ser atendido, será sempre no quadro do "processo de paz", posição que Durão Barroso quis deixar bem clara.

Da agenda de Afonso Dhlakama, cujo primeiro dia incluiu ainda reuniões com os ministros da Administração Interna e da Defesa, fazem parte, hoje, audiências com o Presidente da República, Mário Soares, o primeiro-ministro, Cavaco Silva, e o cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, e um jantar na Associação Industrial Portuguesa, após o que seguirá para o Porto, onde terá contactos com diversos empresários. ■

AFONSO DHLAKAMA

EXPRESSO, 23 4 93

"Eleições não podem ser adiadas"

NA SUA primeira visita oficial a Portugal, já como líder de um partido legalizado, Afonso Dhlakama assegura que é diferente de Jonas Savimbi e que respeitará quaisquer resultados eleitorais. Opondo-se ao adiamento das eleições, previstas para finais de Outubro, o líder da Renamo critica a Frelimo por proceder ao que considera «privatizações corruptas», a favor dos seus próprios dirigentes, e aproveita para agradecer o apoio do Governo português.

EXPRESSO — Os portugueses não esquecem o que se passou em Angola. A Renamo, e em especial o senhor, dão garantias de que o que aconteceu naquele país não se repetirá em Moçambique?

AFONSO DHLAKAMA — Nós lutámos pela democracia e não

pelo poder. Se, por acaso, perdermos as eleições, iremos para a oposição. O mais importante neste momento é trabalharmos para que o acto eleitoral seja livre e justo.

EXP. — Está disposto a cumprir o seu papel de oposição se perder as eleições?

A.D. — Eu lutei pela democracia e pela liberdade. Se alguém luta pelo poder e perde, regressa às matas. Se alguém luta pela paz e pela democracia e ela existe, já ganhou. Eu não tenho nada a perder, porque não lutei para ser Presidente da República. O Presidente Chissano até pode ganhar as eleições, mas já não poderá governar sozinho. Eu, através do Parlamento, vou poder obrigar a Frelimo a respeitar os interesses do povo moçambicano.

EXP. — Isso é uma promessa

solene de que, pelo seu lado, não se repetirá o que se passou em Angola?

A.D. — Com certeza. Isso é muito importante que saia da minha boca. Até aqui as pessoas diziam: Savimbi foi o presidente da guerrilha, o Dhlakama talvez vá fazer o mesmo... Eu não sou Jonas Savimbi.

EXP. — Acha que é possível realizar as eleições em Outubro?

A.D. — O mais importante é chegar às eleições sem dois exércitos, e já temos alternativa para isso. Se não conseguirmos terminar a formação de 30 mil homens, faremos pelo menos a de metade.

EXP. — Não admite, em circunstância alguma, o seu adiamento?

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 13

“Eleições não podem ser adiadas”

A.D. — A comunidade internacional está cansada de apoiar processos de paz em África que depois falham. Já se gastou muito dinheiro, e eles avisaram que, caso as eleições não se realizem sem uma justificação plausível, se retirarão de Moçambique.

EXP. — Continua a insistir na ideia de criar um Conselho Económico e Social?

A.D. — Nós exigimos que exista esse conselho para sermos informados das privatizações que se têm vindo a realizar. Estamos num período de transição, e é preciso que a oposição saiba o que se passa, porque o Governo pode facilmente transferir o dinheiro dos impostos e dos investimentos, usando-os na campanha eleitoral.

EXP. — Em termos de política económica, o que é que distingue a Renamo da Frelimo?

A.D. — Bom, a Frelimo defende a economia de tipo marxista...

EXP. — Se assim fosse, o Governo não estaria a fazer privatizações. Isso não é próprio de uma economia marxista...

A.D. — Essas privatizações estão ser feitas em termos de corrupção. Não existe um mecanismo para as fiscalizar, estão a distribuir benesses entre eles.

EXP. — Está a querer dizer que as privatizações são corruptas?

A.D. — Posso dizê-lo sem re-

ceio, porque as empresas estão a ir para as mãos dos próprios ministros.

EXP. — Quer dar alguns exemplos?

A.D. — Quase todos os ministros estão envolvidos.

EXP. — Por exemplo, o ministro Armando Guebuza, que negociou a paz consigo...

A.D. — É um deles, mas não está sozinho. Por isso defendemos a criação de uma sociedade financeira com poder para dirigir essas privatizações.

EXP. — Qual a importância das eleições na África do Sul para o processo de paz moçambicano?

A.D. — São muito importantes, porque a África do Sul é um país vizinho. Independentemente do resultado dessas eleições, se tudo correr bem, serão um bom exemplo para Moçambique.

EXP. — Como vê a possibilidade de introdução do inglês como segunda língua oficial em Moçambique?

A.D. — A minha posição é a de que a nossa língua oficial deve continuar a ser o português. A questão do inglês é uma posição do Presidente Chissano, mas não é a da Renamo ou do povo moçambicano.

EXP. — Tem-se queixado do pouco apoio que Portugal tem dado ao seu partido...

A.D. — Portugal tem estado a contribuir para o processo de paz.

Está a treinar o novo exército e já fez o mesmo em relação aos líderes para os diversos ramos das forças armadas. Quanto ao apoio directo à Renamo, fui informado que Portugal contribuiu com 300 mil dólares para o «trust fund».

EXP. — E isso é suficiente?

A.D. — Eu gostaria que Portugal aumentasse a sua contribuição.

EXP. — Falou nisso ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso?

A.D. — O ministro considerou o meu pedido legítimo e importante, porque ele reconhece que para um movimento que esteve 16 anos no mato não é fácil transformar-se em partido político e precisa de ter estruturas nas zonas urbanas. Não fez promessas, mas fiquei muito sensibilizado com a resposta.

EXP. — Está no seu programa uma deslocação a Fátima no dia 25 de Abril. Dada a importância desta data para Portugal, prevê associar-se às comemorações?

A.D. — O 25 de Abril não é só importante para o povo português, também o é para o moçambicano. Tudo dependerá dos programas, mas, estando cá, posso associar-me às comemorações.

CELSO FILIPE/
HENRIQUE MONTEIRO

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glécia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 (Dólar comercial). WE ASK FOR EXCHANGE.

IMPRESSO